

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT

**Data:** 7 de julho de 2009.

**Local:** Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Luiz Fernando de Souza Emediato, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Ezequiel Sousa do Nascimento, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Marcus Pereira Aucélio, Conselheiro Titular Representante do MF; Wilson Vaz de Araújo, Conselheiro Titular Representante do MAPA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Vicente Paulo de Oliveira Selistre, Conselheiro Titular Representante da CTB; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Fernando Antonio Rodriguez, Conselheiro Titular Representante da CNA; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS; Nelson de Abreu Pinto, Conselheiro Titular Representante da CNTur; e, Roberto Nogueira Ferreira, Conselheiro Suplente Representante da CNC. **Convidados:** Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; e, Nilton Vasconcelos, Presidente do FONSET.

1 Aos sete dias do mês de julho de dois mil e nove, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e  
2 Emprego - MTE, teve início a Quinquagésima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho  
3 Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a Presidência do Conselheiro  
4 Titular Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato. **I - ABERTURA.**  
5 O Presidente saudou a todos e deu as boas-vindas ao novo Conselheiro Titular Representante da  
6 CNA, Sr. Fernando Antonio Rodriguez. Em seguida, passou a palavra ao Ministro do Trabalho e  
7 Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, que cumprimentou os presentes, especialmente o novo  
8 Conselheiro. Solicitou atenção especial para a proposta de alocação de R\$ 100,0 milhões no Banco  
9 do Nordeste do Brasil - BNB, a serem utilizados no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito  
10 Produtivo Orientado – PNMPO, e também para a proposta acerca da desoneração da taxa de  
11 remuneração dos agentes financeiros nas linhas de crédito no âmbito do Programa de Geração de  
12 Emprego e Renda - PROGER, visando à redução do *spread* nas operações contratadas com recursos  
13 do FAT. O Ministro propôs a realização de uma reunião específica para apresentação da Avaliação  
14 Externa do PROGER, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Sobre a  
15 Proposta Orçamentária do FAT, registrou o desconhecimento pelo público beneficiário sobre as  
16 ações do FAT, sugerindo um maior volume de recursos para a publicidade dos programas do

17 Fundo. O Ministro finalizou, manifestando seu otimismo em relação à geração de empregos,  
18 observando que o segundo semestre apresentaria um crescimento acima das expectativas. O  
19 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da CGTB,  
20 Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, apontou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e  
21 Social - BNDES priorizava a concessão de empréstimos para as empresas multinacionais, em  
22 detrimento das nacionais. O Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott,  
23 declarou que a mencionada afirmação não correspondia à realidade, ressaltando que o Banco estava  
24 empenhado no financiamento da economia brasileira, inclusive aumentando o apoio à pequena e  
25 média empresa. O Ministro considerou que seria interessante o BNDES realizar uma apresentação  
26 sobre as linhas de crédito operadas pelo Banco, com o volume de recursos emprestados por setor de  
27 atividade. O Presidente do FONSET, Sr. Nilton Vasconcelos, fez um aparte para registrar a  
28 importância do lançamento do Programa Nacional do Trabalho Decente e sua repercussão, inclusive  
29 no âmbito da Conferência Internacional do Trabalho, manifestando que gostaria de ver uma  
30 discussão sobre esse assunto no CODEFAT. Na sequência, o Presidente passou ao **II - ASSUNTOS**  
31 **PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 – Proposta de Resolução que aprova a Proposta**  
32 **Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2010.** O  
33 Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza,  
34 esclareceu que essa Proposta Orçamentária, após aprovada pelo CODEFAT, seria encaminhada à  
35 Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento – SOF/MP para ser consolidada e  
36 enviada ao Congresso Nacional como Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Destacou que  
37 a Proposta em tela somava R\$ 43,06 bilhões, representando um crescimento de 14,4% em relação  
38 ao valor aprovado na Lei Orçamentário Anual para o exercício de 2009 – LOA/2009, que totalizou  
39 R\$ 37,63 bilhões. Relatou como se classificavam as despesas: i) Inversões Financeiras – R\$ 10,12  
40 bilhões; ii) Despesas Obrigatórias – R\$ 30,72 bilhões; e, iii) Despesas Discricionárias – R\$ 2,22  
41 bilhões. Explicou que as inversões financeiras eram despesas de capital, representada pelo repasse  
42 dos 40% da contribuição PIS/PASEP que se fazia ao BNDES, projetada em R\$ 10,12 bilhões para o  
43 exercício 2010. Quanto às despesas obrigatórias, entendia que deveriam ser todas as obrigações do  
44 FAT, inclusive qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, esclarecendo que para  
45 efeitos de orçamento, a SOF fazia uma separação e apresentava como obrigatório apenas o  
46 pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Apresentou a distribuição  
47 das despesas obrigatórias para o exercício 2010: Abono Salarial (R\$ 8,9 bilhões) e Seguro  
48 Desemprego (R\$ 21,8 bilhões). O Coordenador-Geral da CGFAT ressaltou que havia sido  
49 identificado, quanto ao exercício de 2009, que o valor aprovado no orçamento não seria suficiente  
50 para cobrir os gastos com as despesas obrigatórias, havendo necessidade de créditos suplementares  
51 no valor de R\$ 2,6 bilhões, que já haviam sido solicitados à SOF conforme a seguir: R\$ 704,0

52 milhões para o Abono Salarial, e R\$ 1,9 bilhão para o Seguro-Desemprego. Informou que a rubrica  
53 “Despesas Discricionárias”, no montante de R\$ 2,2 bilhões, estaria distribuída entre as seguintes  
54 ações/programas: I) Erradicação do Trabalho Escravo - R\$ 42,3 mil; II) Apoio Operacional do  
55 Seguro Desemprego e do Abono Salarial - R\$ 181,9 milhões; III) Gestão da Integração de Políticas  
56 Públicas - R\$ 13,2 milhões; IV) Sistema Nacional de Emprego - R\$ 613,6 milhões; V) Identificação  
57 do Trabalhador - R\$ 71,6 milhões; VI) Qualificação Social e Profissional - R\$ 1,0 bilhão; VII)  
58 Sistemas Corporativos - R\$ 27,3 milhões; VIII) Gestão do PROGER - R\$ 2,7 milhões; IX) Gestão  
59 da Política de Trabalho, Emprego e Renda - R\$ 283,7 milhões; X) Microcrédito Produtivo  
60 Orientado - R\$ 7,0 milhões; e, XI) Publicidade de Utilidade Pública - R\$ 15,0 milhões. Esclareceu  
61 que o artigo 4º da Lei 9.322, de 5 de dezembro de 1996, estabelecia que os recursos da cota-parte da  
62 Contribuição Sindical seriam utilizados pelo MTE na realização de despesas com o  
63 reaparelhamento das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE, e com  
64 programas inseridos no âmbito de sua competência, acrescentando que estariam relacionados com a  
65 ação/despesa “Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda”, conforme a distribuição a seguir:  
66 i) Gestão e Administração do Programa - R\$ 3,8 milhões; ii) Coordenação e Manutenção do FAT -  
67 R\$ 250,0 mil; iii) Apoio à Implementação de Políticas - R\$ 141,4 milhões; iv) Funcionamento das  
68 SRTE - R\$ 127,3 milhões; v) Ouvidoria-Geral do MTE - R\$ 10,2 milhões; e, vi) Observatório do  
69 Mercado de Trabalho - R\$ 750,0 mil. Em seguida, o Coordenador-Geral da CGFAT passou às  
70 receitas, projetadas no montante de R\$ 35,2 bilhões, distribuídas pelas seguintes fontes: I)  
71 Contribuição PIS/PASEP - R\$ 25,3 bilhões; II) Restituição de Benefícios não Desembolsados e  
72 Outras Receitas Patrimoniais - R\$ 188,5 milhões; III) Multas e Juros Devidos ao FAT - R\$ 54,2  
73 milhões; IV) Cota-Parte da Contribuição Sindical - R\$ 275,9 milhões; V) Remuneração de  
74 Recursos do FAT - R\$ 9,3 bilhões; VI) Restituição de Convênios - R\$ 42,7 milhões; e, VII) A  
75 Definir - R\$ 7,9 bilhões. Observou que a fonte “Remuneração de Recursos do FAT” estava assim  
76 dividida: i) Remuneração de Aplicação no Extramercado - R\$ 1,4 bilhão; ii) Remuneração de  
77 Depósitos Especiais - R\$ 2,2 bilhões; iii) Remuneração de Saldos não Desembolsados - R\$ 33,0  
78 milhões; e, iv) Remuneração do BNDES - R\$ 5,7 bilhões. Enfatizou que as projeções apontavam  
79 para o exercício de 2010 receitas de R\$ 35,2 bilhões e despesas de R\$ 43,1 bilhões, resultando em  
80 déficit operacional da ordem de R\$ 7,9 bilhões, tendo a SOF indicado o registro desse valor na  
81 fonte 105 (A definir), ficando de estudar de onde sairia esse recurso. O Coordenador-Geral da  
82 CGFAT finalizou, ressaltando que mesmo com projeção de déficit operacional, o patrimônio do  
83 FAT fecharia o exercício de 2010 com crescimento nominal, chegando a R\$ 160,8 bilhões. O  
84 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da CNS, Sr.  
85 Luigi Nese, destacou a importância da qualificação profissional, afirmando que não gostaria de ver  
86 essa rubrica sendo objeto de cortes por parte do Ministério do Planejamento. O Conselheiro Titular

87 Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, observou que o Plano  
88 Setorial de Qualificação - PlanSeQ continha ações relevantes e que concordava com o valor  
89 proposto no orçamento para essa ação (R\$ 698,7 milhões), no entanto, gostaria que na próxima  
90 reunião fosse realizada uma apresentação sobre o seu funcionamento, haja vista o montante de  
91 recursos envolvidos. Apontou para a necessidade de uma apresentação sobre os resultados da  
92 ação/despesa “Ouvidoria-Geral do MTE”, a fim de justificar a quantia indicada no orçamento, no  
93 valor de R\$ 10,2 milhões. Considerou importante o valor proposto (R\$ 8,0 milhões) para a ação  
94 “Certificação Profissional”, ressaltando que se tratava de uma política relevante para o  
95 aproveitamento da capacitação do trabalhador, que muitas vezes recebia qualificação sem a devida  
96 certificação. Quanto à ação “Publicidade de Utilidade Pública”, orçada em R\$ 15,0 milhões,  
97 registrou que defendia até mais verba para essa rubrica, considerando a importância das ações do  
98 FAT e a necessidade de sua divulgação. Defendeu a realização de uma reunião específica para  
99 discutir meios de se equilibrar as despesas e as receitas do FAT. O Conselheiro Titular  
100 Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, solicitou o envio da metodologia aplicada  
101 para estimar os valores relativos ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial. O Vice-Presidente e  
102 Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento, enfatizou que as  
103 projeções haviam sido realizadas em maio, período de crise, arrazoando que o segundo semestre  
104 provavelmente apresentaria dados mais favoráveis. O Conselheiro Titular Representante da CTB,  
105 Sr. Vicente Paulo de Oliveira Selistre, referiu-se à ação/despesa “Apoio Operacional do Seguro  
106 Desemprego e do Abono Salarial”, para questionar o reajuste das tarifas desembolsadas aos agentes  
107 pagadores. O Secretário-Executivo do CODEFAT Sr. Rodolfo Péres Torelly, esclareceu que o  
108 aumento dessa rubrica estava relacionado aos serviços prestados pelos agentes pagadores, e não ao  
109 valor das tarifas, as quais seriam mantidas nos mesmos patamares de 2009. Informou que estava em  
110 negociação à adesão do Ministério ao protocolo da Federação Brasileira dos Bancos –  
111 FEBRABAN, no sentido de zerar o valor das tarifas desembolsadas pela prestação de serviços  
112 referentes ao pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. O Conselheiro Titular  
113 Representante da NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos, apontou a necessidade de se verificar  
114 os resultados do PlanSeQ, a fim de identificar os casos de sucesso e aqueles menos exitosos, haja  
115 vista a necessidade de investir da melhor maneira possível os recursos. O Conselheiro da CGTB  
116 considerou fundamental o fortalecimento das SRTE, de modo que os trabalhos de qualificação  
117 profissional fossem desenvolvidos diretamente nos estados. O Presidente do FONSET observou que  
118 os recursos propostos para o Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ seria de R\$ 123,2 milhões,  
119 o que significava uma redução da ordem de 6,2% em relação à proposta de 2009, onde constou R\$  
120 131,3 milhões. Assim sendo, sugeriu que o valor apontado para o PlanTeQ na presente proposta  
121 orçamentária fosse igualado ao montante indicado no exercício de 2009, tendo em vista a relevância

122 dos estados na área de qualificação profissional. O Conselheiro Titular Representante do MF, Sr.  
123 Marcus Pereira Aucélio, observou a importância de se promover uma discussão sobre o futuro do  
124 FAT, haja vista que a partir do presente exercício o Fundo já apresentaria déficit operacional. O  
125 Conselheiro da CNA questionou o alto percentual representado pela fonte “A definir”, assim como  
126 os percentuais de aumento de algumas ações/despesas em relação aos valores aprovados na  
127 LOA/2009, face o valor executado, o que implicaria em dificuldades para serem defendidas junto ao  
128 Ministério do Planejamento. O Conselheiro Titular Representante da CNTur, Sr. Nelson de Abreu  
129 Pinto, parabenizou o Ministério pela apresentação da proposta orçamentária em tela, manifestando  
130 que votaria pela sua aprovação na íntegra, tendo em vista a manifesta preocupação com a condução  
131 das políticas públicas de retomada e crescimento da sustentabilidade e de enfrentamento da crise. O  
132 Conselheiro Suplente Representante da CNC, Sr. Roberto Nogueira Ferreira, declarou que não  
133 haveria problemas em aprovar a proposta orçamentária com indicação de déficit operacional, pois o  
134 fato já estava previsto. Apontou que o aumento real do salário mínimo, bem como o crescimento da  
135 formalização do mercado de trabalho, embora meritórios, impactavam negativamente nas contas do  
136 FAT. O Conselheiro da UGT solicitou um aparte para informar que precisaria deixar a reunião a  
137 fim de atender a outro compromisso, registrando seu voto favorável à proposta orçamentária em  
138 tela, bem como aos dois itens extra pauta que seriam apresentados na sequência. Em seguida, o  
139 Vice-Presidente informou que o MTE estava participando de um seminário, realizado na Câmara  
140 dos Deputados, sobre a criação de um Sistema Nacional de Certificação, que também contava com  
141 a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação. Relatou que  
142 brevemente seria apresentado ao Conselho os temas a seguir: i) Sistema Integrado de Gestão das  
143 Ações de Emprego - SIGAE-Web; e, ii) trabalho realizado junto ao Instituto Nacional de  
144 Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO sobre a certificação das instituições  
145 executoras de qualificação profissional. Considerou necessária a realização de um seminário, ou  
146 congresso, para discutir o futuro do FAT, bem como o novo papel a ser desempenhado pelo  
147 CODEFAT, face à realidade atual do Fundo, destacando que seria importante contar com a  
148 participação das instituições financeiras, Congresso Nacional, e as representações dos  
149 trabalhadores, empregadores e governo, no âmbito federal, estadual e municipal. O Presidente,  
150 referindo-se a ação/despesa “SIGAE”, com proposta de recursos de R\$ 21,3 milhões, questionou se  
151 a empresa DATAMEC continuaria recebendo algum pagamento pela prestação de serviços, tendo  
152 em vista que os sistemas estavam sendo migrados para a DATAPREV. O Secretário-Executivo do  
153 CODEFAT esclareceu que havia previsão de recursos para essas duas empresas, pois a migração  
154 dos sistemas adentraria o exercício de 2010. Em seguida, o Presidente apresentou as seguintes  
155 sugestões: i) destinar à ação/despesa “Publicidade de Utilidade Pública” o percentual de 0,1% do  
156 total do orçamento, passando de R\$ 15,0 milhões para R\$ 43,0 milhões; ii) dobrar os recursos para

157 a ação/despesa “Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do FAT”, saindo de R\$ 2,07  
158 milhões para R\$ 4,0 milhões; e, iii) igualar o valor proposto para o PlanTeQ ao da proposta de 2009  
159 (R\$ 131,8 milhões), conforme sugerido pelo Presidente do FONSET. O Presidente indagou se havia  
160 mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta Orçamentária do FAT  
161 para o exercício de 2010 com as sugestões ora apresentadas, registrando o voto contrário do  
162 Conselheiro do MF e do Conselheiro da CNC quanto ao aumento de recursos para a ação/despesa  
163 “Publicidade de Utilidade Pública”. Na sequência, passou à **EXTRA PAUTA: Proposta de**  
164 **Resolução que dispõe acerca da desoneração da taxa de remuneração dos agentes financeiros,**  
165 **nas linhas de crédito do PROGER.** O Presidente relatou que essa proposta visava à redução do  
166 *spread* nas operações contratadas com recursos do FAT, alocados em depósitos especiais, nas  
167 instituições financeiras oficiais federais no âmbito do PROGER. O Conselheiro da CNC sugeriu: i)  
168 excluir do caput do art. 1º a referência ao Ministério da Fazenda; e, ii) retirar do corpo da resolução  
169 a tabela com as propostas de taxas de *spread* e transferi-la para um anexo. O Presidente indagou se  
170 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução  
171 em tela com as alterações sugeridas pelo Conselheiro da CNC. Em seguida, passou à **Proposta de**  
172 **Resolução que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador –**  
173 **FAT, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.** O  
174 Presidente destacou que para alocação de recursos do FAT em depósitos especiais remunerados no  
175 Banco do Nordeste do Brasil – BNB, destinada à contratação de operações de microcrédito  
176 produtivo orientado, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda, no âmbito do  
177 PNMPO, seria aplicada a remuneração ao FAT, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo –  
178 TJLP. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a  
179 Proposta de Resolução em referência. Prosseguindo, passou à **Proposta de Resolução que altera a**  
180 **Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício 2009 –**  
181 **PDE/2009, de que trata a Resolução nº 586, de 17 de dezembro de 2008, e as suas alterações.** O  
182 Coordenador-Geral da CGFAT observou que a proposta visava remanejar R\$ 100,0 milhões do  
183 FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas para o FAT – PNMPO, ressaltando que o valor total  
184 da PDE/2009 seria mantida em R\$ 4,5 bilhões. O Conselheiro do BNDES manifestou que seria  
185 favorável à alocação de R\$ 100,0 milhões no BNB, no entanto, não concordava que os recursos  
186 fossem remanejados do FAT Fomentar, o que implicaria na redução dos valores à disposição do  
187 BNDES para apoio às micro e pequenas empresas, solicitando o registro desse posicionamento em  
188 ata. O Presidente indagou se havia mais alguma observação, em não havendo, considerou aprovado  
189 o remanejamento de R\$ 100,0 milhões do FAT - Fomentar para o FAT - PNMPO. O Presidente  
190 finalizou, informando que na próxima reunião seriam tratados os seguintes assuntos: i) adequação  
191 das resoluções que tratavam do Plano Nacional de Qualificação - PNQ e do Sistema Nacional de

192 Emprego - SINE; ii) apresentação do trabalho desenvolvido pela FIPE; iii) apresentação pelo  
193 Departamento de Qualificação - DEQ sobre o PlanSeQ Bolsa-Familia; e, iv) eleição do novo  
194 presidente do CODEFAT. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o  
195 Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,  
196 Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após  
197 aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO  
Presidente do CODEFAT e  
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO  
Vice-Presidente do CODEFAT e  
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY  
Secretário-Executivo do CODEFAT

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Conselheiro Titular Representante do MF

WILSON VAZ DE ARAÚJO  
Conselheiro Titular Representante do MAPA

PAULO LIBERGOTT  
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO  
Conselheiro Titular Representante da CUT

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS  
Conselheiro Titular Representante da NCST

VICENTE PAULO DE OLIVEIRA SELISTRE  
Conselheiro Titular Representante da CTB

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA  
Conselheiro Titular Representante da CGTB

LOURIVAL NOVAES DANTAS  
Conselheiro Titular Representante da CNI

FERNANDO ANTONIO RODRIGUEZ  
Conselheiro Titular Representante da CNA

*Continuação da Ata da 55ª Reunião Extraordinária do CODEFAT*

LUIGI NESE

Conselheiro Titular Representante da CNS

---

NELSON DE ABREU PINTO

Conselheiro Titular Representante da CNTur

---

ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA

Conselheiro Suplente Representante da CNC

---